

A ANÁLISE DA ESCOLA DAS ESTRUTURAS SOCIAIS DE ACUMULAÇÃO SOBRE A ECONOMIA DOS ESTADOS UNIDOS ENTRE O PÓS-GUERRA E O INÍCIO DO SÉCULO XXI

Amanda Mayara da Silva Bento¹
Marcelo Soares Bandeira de Mello Filho²

RESUMO

O objetivo principal do trabalho é apresentar a explicação da escola das estruturas sociais de acumulação (EESA) para as transformações do capitalismo nos Estados Unidos ocorridas entre o pós-guerra e o início do século XXI³. Os conceitos iniciais da EESA surgiram a partir da década de 1970, no contexto acadêmico da economia política radical, buscando relacionar a análise de Marx com a realidade econômica da época, marcada pela estagflação. De acordo com a abordagem, a estrutura social de acumulação do pós-guerra, construída no contexto geopolítico do mundo bipolar da Guerra Fria, foi caracterizada por acordos entre os trabalhadores e os capitalistas e entre esses últimos e os cidadãos. Tais arranjos institucionais possibilitaram taxas de crescimento elevadas e significativos ganhos de salário real. A abordagem teve alguma dificuldade em compreender o tipo de capitalismo predominante nos Estados Unidos depois da estagflação da década de 1970 e teve que alterar o significado do seu conceito principal, o conceito de estrutura social de acumulação, para analisar o capitalismo neoliberal.

Palavras chave: Escola das estruturas sociais de acumulação; História econômica dos Estados Unidos; neoliberalismo.

ARTIGO SUBMETIDO AO XXIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, NITERÓI – 12/06/2018 A 15/06/2018

1 INTRODUÇÃO

O texto busca compreender a história econômica dos Estados Unidos desde o pós-guerra do ponto de vista da escola das estruturas sociais de acumulação (EESA). A escola das

¹ Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

² Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da UFSJ.

³ O presente artigo foi baseado no Trabalho de Conclusão de Curso de Amanda Mayara da Silva Bento, que beneficiou-se dos comentários de Múcio Tosta Gonçalves. Este não possui responsabilidade pelos equívocos remanescentes.

estruturas sociais de acumulação é uma abordagem oriunda da economia política radical americana⁴ e surgiu a partir de 1978 para buscar explicar o funcionamento do capitalismo com uma visão histórica e realista, diferente das abordagens então predominantes⁵. A EESA tem como principais influências os pensamentos marxista, keynesiano e institucionalista, relacionando a teoria geral do capitalismo abordada por Marx e Keynes com o âmbito histórico e empírico de cada período do capitalismo.

A EESA defende o contexto histórico como essencial para a análise da sociedade, além da necessidade de entender a importância das instituições de um espaço econômico (de modo geral, o espaço nacional). O desenvolvimento do texto mostrará que, do ponto de vista da EESA, a economia não funciona somente pela racionalidade e as forças autorreguladoras do mercado. Existem outros fatores importantes para o funcionamento da economia, como as instituições (costumes, leis, regras, mecanismos de proteção social, etc), essenciais para o funcionamento de uma sociedade.

Para que o objetivo do trabalho seja cumprido, os argumentos serão divididos da seguinte maneira: O segundo item será responsável por apresentar um pouco da história e dos conceitos básicos da escola das estruturas sociais de acumulação. Na terceira parte será analisado um dos períodos mais importantes da economia estadunidense, a estrutura social de acumulação do pós-guerra, que teria durado entre o final da década de 1940 e meados da década de 1970. A quarta seção mostrará a evolução da teoria diante o comportamento do capitalismo contemporâneo, chamado de estrutura social de acumulação neoliberal. A quinta parte tratará de insuficiências teóricas e de perspectivas da abordagem sobre o capitalismo estadunidense atual. A última parte será exclusiva para as considerações finais⁶.

⁴ Em 1968 foi fundada a *Union for Radical Political Economics* (URPE), criada por alunos e professores das faculdades de Michigan, Harvard e Radcliffe. Alguns dos membros da união incluem Sam Bowles, Barry Bluestone, Gene Coyle, Herb Gintis, Art MacEwan, John Pool, Michael Reich, Tom Weisskopf e Howard Wachtel. Em sua criação, a URPE teve o propósito de desenvolver uma interdisciplinaridade dentro da economia, capaz de unir e discutir abordagens da economia, ciência política, sociologia e psicologia que, no ambiente acadêmico ortodoxo em economia, eram assuntos tratados em disciplinas separadas. Também foi o propósito dos radicais proporcionar respostas para questões bastante relevantes da época, como a pobreza, os conflitos de interesses, o imperialismo e economia do gueto. Para compreender tais fenômenos, os autores radicais retomavam conceitos de Marx, Keynes, Veblen e outros autores associados ao pensamento heterodoxo em economia.

⁵ A economia política radical critica a abordagem neoclássica, considerada muito abstrata, ahistórica e incapaz de lidar com os problemas da sociedade americana da época.

⁶ A escola das estruturas sociais de acumulação é similar a outras abordagens heterodoxas que surgiram na década de 1970, como a escola francesa da regulação e a abordagem neoschumpeteriana, que são relativamente conhecidas pelo público brasileiro. Infelizmente, a EESA ainda não foi objeto de muitos estudos no Brasil. O presente artigo tem como um de seus objetivos contribuir para que a escola seja mais conhecida pelo público lusófono. Entretanto, não é objetivo do presente artigo desenvolver uma análise comparativa entre a EESA, a escola francesa da regulação, a abordagem neoschumpeteriana e escolas semelhantes. Tal comparação já foi realizada por alguns autores (JESSOP, SUM, 2006; MAVROUDEAS, 2006; O'HARA, 1994; MELLO FILHO, 2016).

2 ESCOLA DAS ESTRUTURAS SOCIAIS DE ACUMULAÇÃO

Nos Estados Unidos da década de 1960, ao mesmo tempo em que ganhavam força os movimentos feminista, estudantil, contra a Guerra do Vietnã, a favor dos Direitos Civis (*Civil Rights*), entre outros movimentos que formavam a Nova Esquerda (*New Left*), crescia o interesse acadêmico pela compreensão dos problemas – como o racismo, o sexismo e o imperialismo – contra os quais tais movimentos lutavam. No ambiente acadêmico de economia, alguns estudantes e professores, entre os quais se destacam Samuel Bowles, Barry Bluestone, Gene Coyle, Herbert Gintis, Arthur MacEwan, John Pool, Michael Reich, Tom Weisskopf e Howard Wachtel, fundaram em 1968 a *Union for Radical Political Economics* (URPE) e, no ano seguinte a *Review of Radical Political Economics*. Entre os temas pesquisados pela economia política radical, estão gênero, pobreza, desigualdade, racismo, educação, imperialismo, desemprego e sindicalismo (LEE, 2009; EDWARDS, REICH, WEISSKOPF, 1986; MELLO FILHO, 2016).

A partir da década de 1970, uma parcela dos economistas radicais americanos direcionou suas pesquisas para o entendimento da crise de estagflação que atingia a economia estadunidense. Neste contexto surgiu a abordagem em termos de estruturas sociais de acumulação (EESA), tendo como alguns dos desenvolvedores David Gordon, Michael Reich, Thomas Weisskopf, Richard Edwards, Samuel Bowles, David Kotz, Victor Lippit e Terrence McDonough. O foco principal das obras da EESA são as análises macroeconômicas e histórico-institucionais, com ênfase nos Estados Unidos.

Para a EESA, o comportamento normal de importantes variáveis macroeconômicas, como taxa de lucro, salário real, taxa de crescimento e taxa de desemprego, está associado ao funcionamento de instituições. David Gordon (1978, 1980) foi o autor pioneiro no estabelecimento de um conceito que procurasse apreender as mudanças de longo prazo no comportamento macroeconômico com base em instituições, transformações tecnológicas e no conflito social, o conceito de estruturas sociais de acumulação. O conceito teve, nas origens da teoria, uma estreita relação com as ondas longas do capitalismo, também conhecidas como ciclos de Kondratiev. Nos trabalhos pioneiros de Gordon (1978, 1980), uma estrutura social de acumulação delimita ciclos econômicos de longa duração que condicionam períodos de crescimento e crise, liderados por investimentos massivos em infraestrutura que, por sua vez, seriam decorrentes de mudanças institucionais. As ondas longas do capitalismo perdurariam por cerca de cinquenta ou sessenta anos.

Ao longo do tempo, a EESA deixou de lado a preocupação com a periodicidades das mudanças de longo prazo do capitalismo e enfatizou que uma estrutura social de acumulação é um conjunto de instituições que promove o crescimento rápido e estável por um longo período de tempo. A construção de o declínio de uma estrutura social de acumulação marcaria uma etapa do

capitalismo. Além disso, o conceito possibilitaria a mediação entre a análise de Marx e o entendimento das variáveis econômicas tradicionais. Nesse sentido, Gordon, Edwards, Reich (1982, p. 22) argumentam que:

(...) um nível intermediário de análise, focado na lógica das ondas longas e das etapas do capitalismo, é necessário para a compreensão do desenvolvimento capitalista. Esse nível de análise intermediário procura complementar tanto a análise abstrata e tradicional de Marx do desenvolvimento capitalista quanto a análise mais recente e concreta da vida cotidiana⁷.

Depois de funcionar bem por certo tempo, as contradições inerentes às instituições fazem com que essas não consigam mais suportar uma rápida acumulação de capital e a partir daí surge a instabilidade econômica e social, levando conseqüentemente às crises. Quando há o processo de colapso das instituições, começa a busca pela criação de uma nova estrutura social de acumulação, para promover novamente a acumulação de capital e o rápido crescimento.

Instituições, para os economistas radicais, seguindo o passo do institucionalismo original, não são o mesmo que organizações, mas podem ser leis, rotinas, hábitos e costumes de uma sociedade. Também são construções sociais mediadas por elementos políticos, ideológicos e culturais. Para McDonough (2006), as instituições variam de acordo com os períodos históricos que essas sociedades atravessam. Isso justifica que o comportamento econômico e social não são iguais em todos os lugares e não funcionam sempre da mesma maneira, pois são altamente influenciados por suas escalas geográficas e temporais.

McDonough (2006) e Lippit (2010) afirmam que a integridade de uma estrutura social de acumulação se dá pelas inter-relações entre seus componentes, ou seja, por um conjunto e concordância de estratégias utilizadas pelos agentes de uma determinada sociedade. Além disso, tanto o período de expansão econômica condicionada à estrutura social de acumulação quanto o período posterior de crise que desintegra essa estrutura tendem a ser longos. Isso ocorre pelo fato das inter-relações entre os componentes da sociedade e economia tenderem a ser bem fortes e, portanto, duradouras e de difícil destruição e construção. A alternância entre esses longos períodos de rápido crescimento e as épocas de crescimento baixo ou ausente formam, segundo a escola, as mudanças de longo prazo do capitalismo, explicadas pela construção e decadência de uma estrutura social de acumulação.

3 A ESTRUTURA SOCIAL DE ACUMULAÇÃO DO PÓS-GUERRA

Uma maneira clara de entender o arcabouço teórico da EESA é analisando a economia dos Estados Unidos no período pós-Segunda Guerra. As duas principais obras da escola das

⁷ “We propose that an intermediate level of analysis, focusing on the logic of long swings and stages of capitalism, is necessary for an understanding of capitalist development. This intermediate analysis is intended to complement both the traditional and abstract Marxian approach to capitalist development and the more recent concrete analyses of everyday life” (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 22).

estruturas sociais de acumulação que falam sobre o assunto são os livros “*Beyond the waste land*” e “*After the waste land*” de Samuel Bowles, David M. Gordon e Thomas E. Weisskopf (1984, 1990). As duas obras, além de algumas publicações mais recentes, serão as referências mais destacadas na presente seção. O segundo livro é uma atualização do anterior, tendo cerca de metade de seu conteúdo idêntico ao livro de 1984. As obras descrevem o que é chamado pelos autores em “*After the waste land*” de “estrutura social de acumulação do pós-guerra” (“*The postwar social structure of accumulation*”) e caracterizam esse período da economia estadunidense como uma etapa do capitalismo composta por quatro principais instituições que teriam sido responsáveis pelo sucesso econômico: “*pax americana*”, “acordo capital-trabalho”, “acordo capitalistas-cidadãos” e “competição limitada entre as empresas”⁸. Além dessas quatro instituições, Lippit (2010, p. 48-52) inclui o “sistema financeiro” como uma quinta estrutura fundamental para a compreensão do capitalismo americano do pós-guerra. É importante destacar que essas instituições não surgiram todas simultaneamente, elas foram sendo lentamente construídas, desde a década de 1930, e funcionaram adequadamente até o começo da década de 1970⁹.

De acordo com a abordagem, a “estrutura social de acumulação do pós-guerra” possibilitou que a economia estadunidense apresentasse, em média, as maiores taxas de crescimento econômico da história moderna do país. A Tabela 1, a seguir, ilustra as elevadas taxas de crescimento entre as décadas de 1940 e 1970 em comparação com as décadas de 1980, 1990 e a primeira década do século XXI.

Tabela 1: Taxa média de crescimento do PIB real dos EUA, entre 1930-2009

Período	Média de crescimento
1930-39	1.3
1940-49	6.0
1950-59	4.3
1960-69	4.5
1970-79	3.2
1980-89	3.2
1990-99	3.2
2000-09	1.8

Fonte: Bureau of Economic Analysis. Elaboração própria.

⁸ Um dos principais desenvolvedores da abordagem em termos de estruturas sociais de acumulação nas últimas décadas, Terrence McDonough (1994, p. 114-126) destaca instituições similares às descritas por Bowles, Gordon e Weisskopf (1984, 1990) para compreender o capitalismo estadunidense do pós-guerra: “Estado keynesiano conservador”, “relações capital-trabalho”, “coalizão democrata”, “dominância internacional estadunidense e ideologia da Guerra Fria”.

⁹ As instituições e as estruturas sociais de acumulação são normalmente descritas pela abordagem como construções nacionais. Entretanto, nos últimos anos algumas obras importantes têm adotado o ponto de vista de que as instituições e as estruturas sociais de acumulação podem ser transnacionais (KOTZ, MCDONOUGH, 2010). Por fugir ao escopo do presente trabalho, esse debate não será aqui explorado.

A abordagem utilizada pelos autores evita que o sistema econômico seja compreendido com base em aspectos isolados do todo. Desse modo, a explicação do sucesso estadunidense no período não é explicada apenas pela maior presença do Estado na economia, nem apenas pelo poder militar dos Estados Unidos ou pela maior organização dos trabalhadores:

Muitos analistas simplificam as características desse novo sistema de poder corporativo, enfatizando uma ou outra dimensão isolada da transformação. Alguns enfatizam o papel muito maior do governo, chamando-o de “Estado de bem-estar social”, ou de “economia mista”. Outros focam nos seus aspectos internacionais, concentrando no século americano ou nas suas relações “neoimperialistas”. Outros apontaram para o crescimento dos sindicatos industriais como seu aspecto distintivo (BOWLES *et. al.*, 1984, p. 63; 1990, p. 48)¹⁰.

De acordo com os autores, é o funcionamento conjunto da estrutura institucional do período que possibilita o elevado crescimento econômico. Para um melhor entendimento da abordagem, será mostrado na sequência como a EESA compreende as instituições chave da “estrutura social de acumulação do pós-guerra”.

A primeira instituição destacada é a “*pax americana*” (BOWLES *et al.*, 1984, p. 65-66; 1990, p. 49-50; LIPPIT, 2010, p. 50), ou “dominância internacional estadunidense e ideologia da Guerra Fria” (MCDONOUGH, 1994, p. 117-118). Ela se caracteriza pelo poder econômico e militar dominante dos Estados Unidos no plano internacional. Um dos principais componentes que fazem parte da “*pax americana*” são as instituições construídas a partir do encontro de *Bretton Woods*, de 1944, que promoveu acordos de integração internacional e proporcionou aos EUA grande influência sobre a economia mundial por meio da utilização do dólar como moeda internacional e por meio de organizações como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, sediadas em Washington.

O domínio dos Estados Unidos também foi caracterizado por atos extremos do governo para garantir os interesses das grandes empresas privadas do país. Entre os acontecimentos estão os golpes de Estado, promovidos pela CIA, que derrubaram líderes internacionais que ameaçaram contrariar de alguma forma os objetivos privados da economia norte americana. O poder militar dos Estados Unidos conseguiu derrubar o primeiro ministro iraniano Mohammed Mossadegh, no ano de 1953, após o governo Mossadegh nacionalizar a Companhia de Petróleo Anglo-Iraniana. Além disso, um ano depois houve também a derrubada do presidente da Guatemala Jacobo Arbenz, eleito democraticamente, que foi retirado de seu cargo após tentar realizar uma reforma agrária que afetaria a *United Fruit Company*. Esses atos contribuíram também com o fim definitivo do

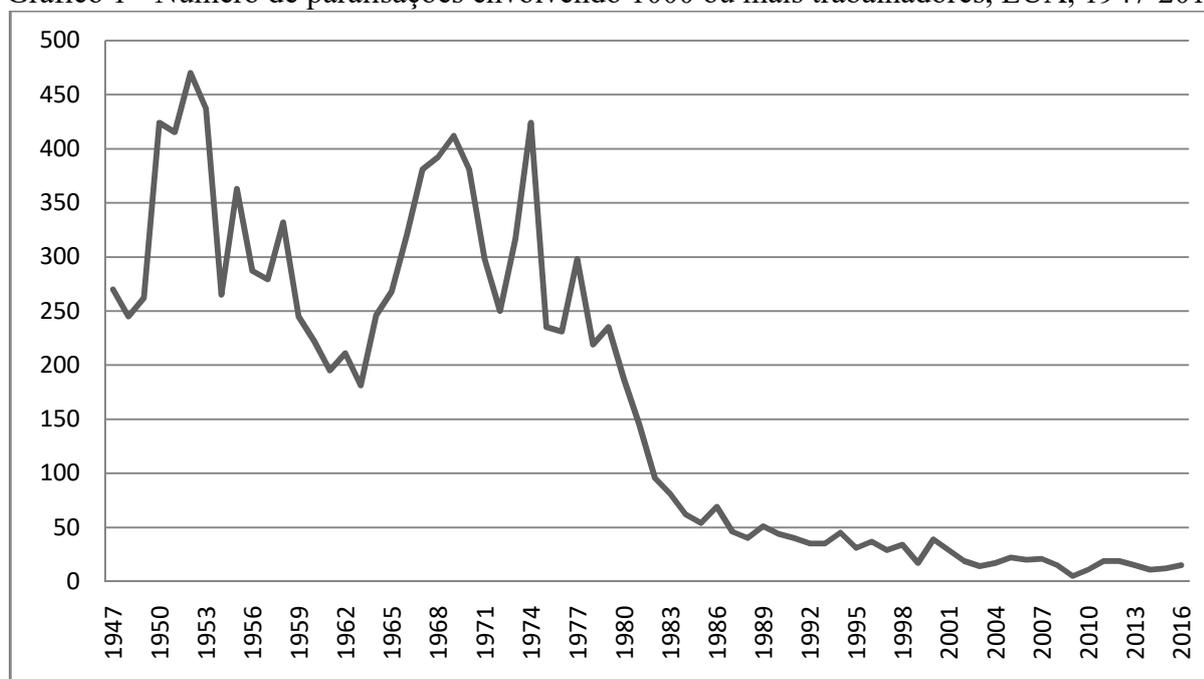
¹⁰ “Many analysts have simplified the character of this new system of corporate power, emphasizing one or another single dimension of transformation. Some emphasize the much greater role of the government, calling it the ‘welfare state’ or the ‘mixed economy’. Others have focused on its international dimensions, concentrating on the American Century or its ‘neo-imperialist’ relations. Others have pointed to the rise of industrial unions as its central distinguishing feature” (BOWLES *et. al.*, 1984, p. 63; 1990, p. 48).

isolacionismo característico do período entreguerras (BOWLES *et al.*, 1984, p. 66-67; 1990, p. 50-51).

Outro importante componente da “*pax americana*” foi o Plano Marshall, o qual proporcionou melhora no desenvolvimento da Europa, além de promover financiamento internacional com o intuito de obter privilégios aos Estados Unidos em mercados internacionais e em fontes de matérias-primas. Além disso, o período que sucedeu a Segunda Guerra Mundial foi responsável também pela relativa abertura do mercado mundial, que deu maior mobilidade ao capital e ao trabalho. A Guerra Fria justificou a ampliação dos gastos militares e a formação de consenso em torno de um inimigo comum (BOWLES *et al.*, 1984, p. 68-69; 1990, p. 51-52; MCDONOUGH, 1994, p. 117-118).

O “acordo capital-trabalho” é caracterizado por um conjunto de benefícios, ainda que modestos, no âmbito do mundo do trabalho, após a Segunda Guerra Mundial. As conquistas da classe trabalhadora se deveram a reivindicações e à organização de greves e paralisações. Bowles, Gordon e Weisskopf (1989, 1990) apontam alguns indicadores do poder relativo da classe trabalhadora. Um desses indicadores aparece no Gráfico 1, abaixo, que mostra o número de paralisações envolvendo mil ou mais trabalhadores entre 1947 e 2016. Entre 1950 e 1975, ocorreram, em média, mais de 317 paralisações por ano. Já entre 1990 e 2015 a média foi inferior a 25 paralisações por ano.

Gráfico 1 - Número de paralisações envolvendo 1000 ou mais trabalhadores, EUA, 1947-2016.



Fonte: Bureau of Labor Statistics. Elaboração própria.

A partir da mobilização para a Segunda Guerra Mundial, os sindicatos se fortaleceram e conseguiram aprimorar as condições de trabalho e a proteção trabalhista. Desse modo, a classe trabalhadora, até então relativamente frágil, pôde começar a compartilhar da prosperidade capitalista. Alguns dos principais marcos do “acordo capital-trabalho” foram o *National Labor Relations Act*, de 1935, que garantia direito a sindicalização e a greve e a legislação *Taft-Hartley*, de 1947, que restringia a capacidade de atuação política dos sindicatos e proibia que esses fossem liderados por radicais.

Na prática, a legislação e os convênios coletivos possibilitavam que os trabalhadores sindicalizados obtivessem expressivos ganhos salariais reais em troca da subordinação dos sindicatos ao Partido Democrata, da burocratização da atividade sindical e dos empresários terem controle em relação a produção, investimento, local de trabalho e marketing (BOWLES *et al.*, 1984, p. 70-75; 1990, p. 53-57; MCDONOUGH, 1994, p. 119-120).

O “acordo capital-trabalho” beneficiava os trabalhadores sindicalizados, deixando, conseqüentemente, de lado os demais trabalhadores. Isso proporcionou uma importante segmentação da classe trabalhadora, entre os trabalhadores homens brancos (que tinham acesso a mais direitos e melhores ganhos salariais) e os trabalhadores negros e as trabalhadoras em geral, que desempenhavam papéis subordinados nas firmas e obtinham menor remuneração (GORDON *et al.*, 1982; MCDONOUGH, 1994, p. 119-120).

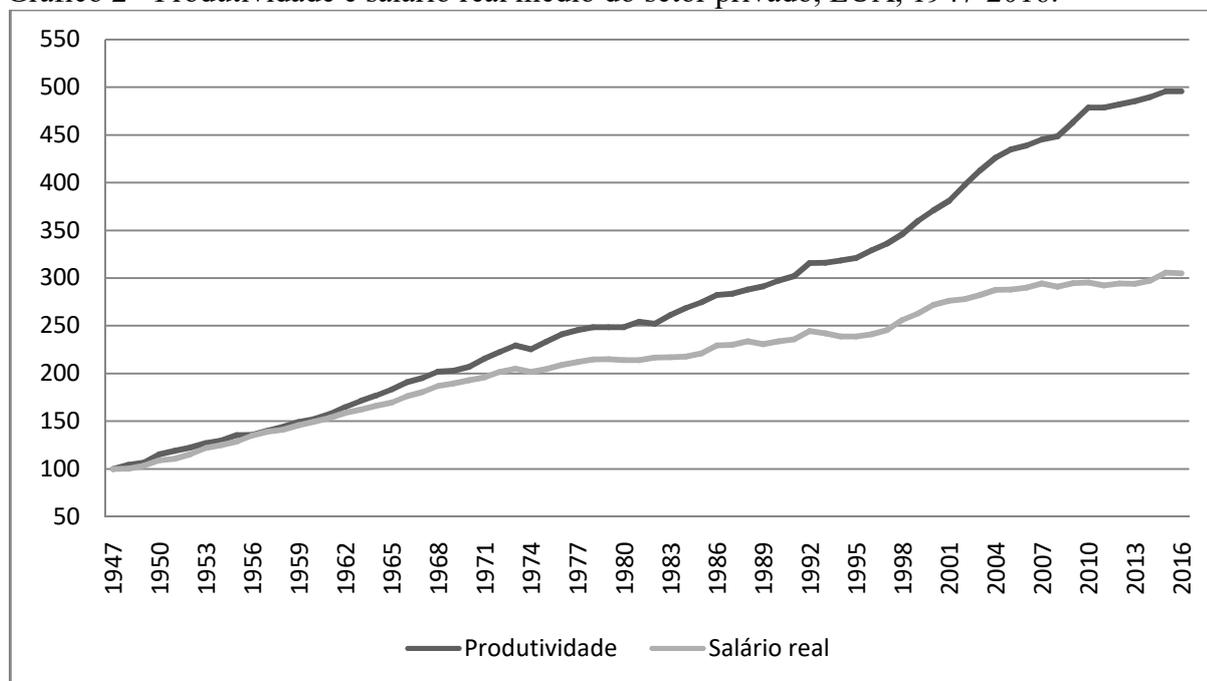
O Gráfico 2, a seguir, indica dois fenômenos destacados pela escola das estruturas sociais de acumulação. O primeiro fenômeno é o crescimento do salário real, entre o final dos anos 1940 e meados da década de 1960 acompanhando o avanço da produtividade, fenômeno explicado justamente pelo poder relativo da classe trabalhadora. Essa tendência predomina até a década de 1970, na qual o poder capitalista começa se sobressair novamente e a divisão da produção começa a beneficiar muito mais aos capitalistas.

A grande mudança na divisão da produtividade se dá pelo declínio do “acordo capital-trabalho”, uma das marcas da crise da estrutura social de acumulação do pós-guerra. O segundo fenômeno importante que fica claro no gráfico abaixo é o declínio do crescimento da produtividade. Enquanto a produtividade dobrou em cerca de 20 anos, entre 1947 e 1968, ela só iria dobrar novamente cerca de 35 anos depois, em 2003.

A terceira instituição destacada pela abordagem, o “acordo capitalistas-cidadãos”, começou a ser esboçado a partir do *New Deal*, de Roosevelt, conjunto de medidas que visavam superar a Grande Depressão por meio de intervenção pública moderada na economia. A instituição concentrou-se nos gastos públicos como estratégia do governo em promover o bem-estar social e privado. Dessa forma, o objetivo seria: pensar na redução da instabilidade econômica no âmbito macro, aumentar os gastos do governo em educação, infraestrutura e outros investimentos (com o

intuito de reaquecer o setor privado), garantir uma rede de proteção social, por meio de políticas como seguro desemprego e aprimoramento das condições de saúde e educação. Essa estratégia foi pensada para ajudar tanto o setor privado quanto boa parte da população (BOWLES *et al.*, 1984, p. 77-79; 1990, p. 57-61; LIPPIT, 2010, p. 50-51).

Gráfico 2 - Produtividade e salário real médio do setor privado, EUA, 1947-2016.



Fonte: Bureau of Labor Statistics. Elaboração própria.

As instituições análogas ao “acordo capitalistas-cidadãos” são, para McDonough (1994, p. 115-122), o “Estado keynesiano conservador” e a “coalizão democrata”. Segundo o autor, essas instituições foram sendo criadas a partir do governo Roosevelt, quando foram desenvolvidas políticas de intervenção que não ameaçavam o poder corporativo. Tais políticas marcaram a uma inflexão do Partido Democrata e a consolidação do partido como o principal do país, atraindo setores que iam desde frações da classe média, passando pelos trabalhadores sindicalizados, até minorias como os judeus e os negros. Ademais, segundo o autor, a colaboração entre Estado e empresas na mobilização para a Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, a Guerra da Coreia, contribuiu para que a resistência ao intervencionismo, por parte de setores mais conservadores da sociedade, fosse quebrada.

A quarta instituição destacada pela abordagem (BOWLES *et al.*, 1990, p. 61-63; LIPPIT, 2010, p. 51) é a chamada “contenção da rivalidade intercapitalista”, que seria resultante dos mercados oligopolizados por grandes firmas, fenômeno que teria se iniciado já na virada do século XIX para o século XX e que teria se intensificado após a Grande Depressão e, especialmente, com o

domínio econômico dos Estados Unidos, decorrente da desestruturação das economias capitalistas da Europa e da Ásia em virtude da Segunda Guerra Mundial.

A última estrutura destacada pela abordagem é o sistema financeiro, que Victor Lippit (2010, p. 51-52) soblinha, tomando como referência a contribuição de Martin Wolfson (1994). Segundo ambos os autores, a reforma do setor financeiro americano em resposta à Grande Depressão contribuiu com a promoção da estabilidade econômica, ao mesmo tempo em que estimulou a lucratividade. A separação entre bancos comerciais e de investimento, a introdução dos seguros de depósito e a ampliação da supervisão foram algumas das reformas introduzidas na década de 1930.

Depois de cerca de vinte anos de resultados econômicos relativamente bons, o próprio funcionamento das principais instituições características do período está associado à grave crise do começo dos anos 1970. No plano internacional, o arcabouço institucional não foi capaz, a partir de meados de 1960, de acompanhar a evolução econômica mundial. Isso acarretou uma consequente perda de competitividade e a erosão das mesmas instituições que promoveram o elevado crescimento anteriormente. Do ponto de vista interno ao país, outras razões para a crise seriam o conflito distributivo, a diminuição dos ganhos de produtividade e a lucratividade declinante dos grandes setores econômicos do país, como os setores petrolífero, nuclear, de mineração, químico etc.

Já na década de 1960, os Estados Unidos começaram a perder competitividade para outras grandes forças como Europa e Japão. O desenvolvimento das indústrias dessas regiões contribuiu para os Estados Unidos fossem, paulatinamente, diminuindo seus superávits comerciais. A economia mundial foi, no pós-guerra, se abrindo mais e mais ao comércio internacional. No caso dos EUA, por exemplo, o volume das importações em relação ao PIB passou de cerca de 4% no final da década de 1940 para quase 12% trinta anos depois (BOWLES *et al.*, 1990, p. 75-77).

Além das empresas dos Estados Unidos perderem competitividade para as empresas europeias e japonesas, a derrota na guerra do Vietnã, além da Crise do Petróleo, foram fatores que contribuíram com o declínio do poder internacional. Autores da EESA argumentam que a falta de capacidade de reestruturação da economia americana foi provocada, em parte, pelos intensivos gastos militares (BOWLES *et al.* 1984, p. 81-82; 1990, p. 63-66).

Outro fator que teria contribuído com a perda de competitividade, com a diminuição dos ganhos de produtividade e com a pressão inflacionária teria sido o aumento no número de regulamentações para proteger os consumidores e trabalhadores, que se enquadram na instituição “capitalista-cidadão”. Entre as regulamentações se destacam: *National Highway Traffic Safety Commission*, *Environmental Protection Administration* e *Occupational Safety and Health Administration*, criadas em 1970, além da *Mine Enforcement and Safety Administration* e

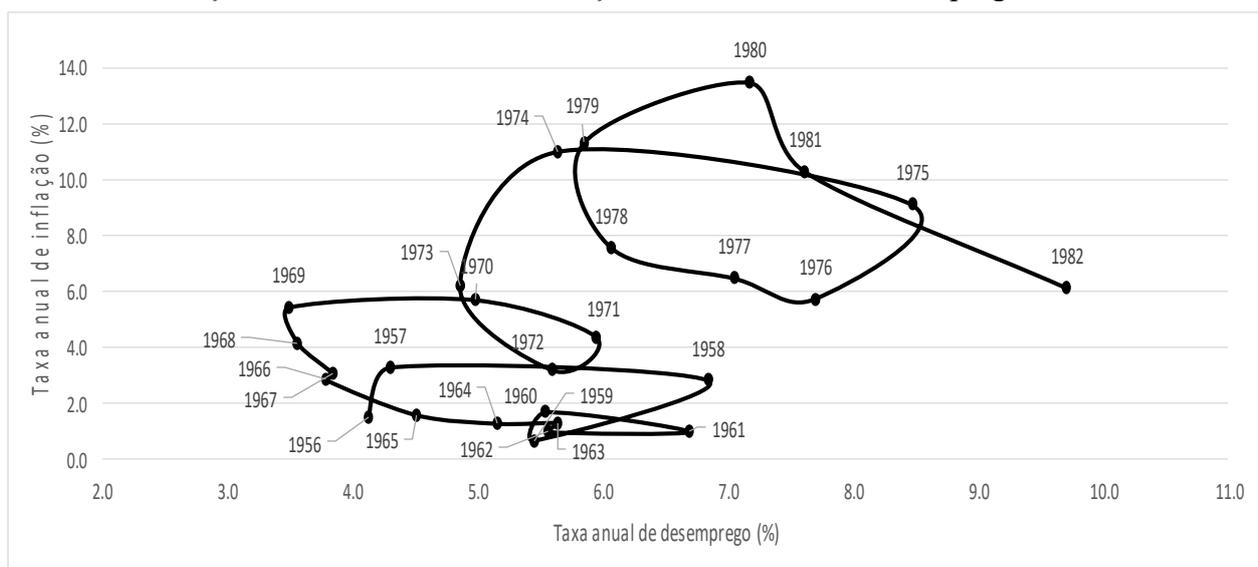
Consumer Production Safety Administration, criadas em 1973 (BOWLES *et al.* 1984, p. 91-97; 1990, p. 72-75).

Do ponto de vista macroeconômico, a perda de competitividade e a pressão inflacionária não foram solucionadas por meio de uma recessão, já que o aumento de gastos públicos em razão da Guerra do Vietnã e da Guerra Contra a Pobreza mantinham a economia superaquecida (BOWLES *et al.*, 1990, p. 81-85).

No período de apogeu da “estrutura social de acumulação do pós-guerra”, entre os anos de 1950 e 1965, o Índice de Preço do Consumidor anual girou em torno de dois pontos percentuais. Quanto à taxa de desemprego, esta estabilizou-se abaixo de 6% até o início da década de 1970. O aumento do poder de barganha dos trabalhadores e o momento econômico favorável aos Estados Unidos, fez índices como inflação e nível de desemprego ficarem relativamente baixos até o início da década de 1970, conforme pode ser observado no Gráfico 3, a seguir.

É possível verificar a relação inversa e estável entre desemprego e inflação entre meados da década de 1950 até o início dos anos 1970, que ficou conhecida como Curva de Phillips. Já após os anos 1970, fatores como a crise do petróleo e o acirramento do conflito distributivo refletiram na inflação, que atingiu picos de mais de 11% ao ano em 1974 e 1979 e 13,5% em 1980. Ao contrário do que previa a Curva de Phillips, o aumento do desemprego, que ficou em média em 7,5% ao ano entre 1975 e 1982, não reduziu rapidamente a taxa de inflação. Este fenômeno, que ficou conhecido como estagflação, marcou a erosão da “estrutura social de acumulação do pós-guerra”.

Gráfico 3 - Relação entre a taxa anual de inflação e a taxa anual de desemprego, 1956-1982



Fonte: Bureau of Labor Statistics. Elaboração própria.

A estagflação, um dos principais problemas econômicos da década de 1970 seria, segundo os autores da escola das estruturas sociais de acumulação, desenvolvida pelos conflitos de distribuição de renda e de riqueza entre a classe trabalhadora e os empresários, além de um excesso de investimento por parte do governo na área militar que superaqueceu a economia e impediu a reversão dos problemas econômicos que começaram a vir a tona.

Como possível alternativa para a recuperação do período, a teoria da EESA sugeria, na década de 1980, uma diminuição de gastos em vários setores econômicos, como o de energia, militar, de saúde e propaganda. Além disso, é proposto o aumento do emprego produtivo e a redução de cargos de supervisão. A aplicação dessas ações poderia levar, segundo a teoria, a uma elevação de cerca de cinquenta por cento na produção útil das corporações (BOWLES *et al.*, 1984, p. 160-178).

4 ESTRUTURA SOCIAL DE ACUMULAÇÃO NEOLIBERAL E A CRISE DO *SUBPRIME*

A partir da crise de 1970, o país foi caracterizado por um crescimento econômico bem mais lento em comparação com as décadas anteriores (conforme a Tabela 1, apresentada na seção anterior). As décadas de 1980 e 1990 foram períodos nos quais os autores da EESA consideravam que não havia uma estrutura social de acumulação estabelecida nos Estados Unidos (BOWLES *et al.*, 1990; GORDON, 1994; KOTZ *et al.*, 1994b; KOTZ, 2001). O crescimento relativamente baixo pelo qual a economia do país passava indicava a continuação da crise econômica de 1970 e não a presença de uma estrutura social de acumulação consolidada, que possibilitaria crescimento rápido e estável:

Muitos seguidores da abordagem da estrutura social de acumulação veem a condição atual do capitalismo mundial como uma continuação da estagnação que começou no final dos anos 1960 ou começo dos anos 1970. A longa duração desse período de estagnação resulta da falha, até agora, em criar uma estrutura social de acumulação nova e viável. Um novo período de expansão vigorosa requereria um novo conjunto de instituições internacionais efetivas, assim como instituições nacionais efetivas, nos principais países capitalistas (KOTZ *et al.*, 1994b, p. 307-308)¹¹.

A partir de 2006 a escola das estruturas sociais de acumulação reconsiderou que o comportamento do capitalismo contemporâneo não está associado a uma estrutura social de acumulação. Wolfson e Kotz (2010) foram alguns dos autores que reinterpretaram, de acordo com o contexto contemporâneo, o conceito da estrutura social de acumulação, que, segundo os autores, passa a ser entendido como um conjunto de instituições voltadas mais para “estabilizar os conflitos

¹¹ “Most followers of the social structure of accumulation approach view the current condition of world capitalism as a continuation of the stagnation that began in the late 1960s or early 1970s. The long duration of this period of stagnation results from the failure so far to create a new, viable social structure of accumulation. A new period of vigorous expansion would require a new set of effective international institutions, as well as effective domestic institutions in the major capitalist countries” (KOTZ *et al.*, 1994b, p. 307-308)

sociais” e “garantir a acumulação de capital” do que para estimular o rápido crescimento. O conceito foi reinterpretado para conseguir compreender o funcionamento do capitalismo com menores taxas de crescimento e maior instabilidade econômica.

Desse modo, estudos recentes da EESA que analisam o capitalismo contemporâneo concluem que a característica desse período pertence a uma nova etapa do capitalismo chamada de “estrutura social de acumulação neoliberal”. O arcabouço institucional neoliberal é composto por um conjunto de instituições que prevaleceram a partir de 1980. Entre as principais características desse sistema, Kotz (2009, p. 307) cita:

1) Desregulamentação de negócios e finanças, tanto a nível nacional como internacional, para permitir ao chamado “livre mercado” dominar e alcançar a livre mobilidade do capital; 2) Privatização de muitos serviços do Estado; 3) A renúncia à política fiscal discricionária que visava a moderação do ciclo econômico e a manutenção do desemprego relativamente baixo; 4) Reduções acentuadas nas despesas sociais do Estado; 5) Redução de impostos sobre as empresas e indivíduos ricos; 6) Um grande ataque dos grandes capitalistas e do Estado sobre os sindicatos; 7) Uma mudança no processo de trabalho, diminuindo a dependência de empregados de longo prazo e aumentando o uso de trabalhadores temporários e de meio período; 8) Competição desenfreada e fraudulenta que substituiu o “comportamento corresponsável” que grandes corporações haviam praticado no capitalismo regulado do pós-segunda guerra; e 9) A introdução de princípios de mercado dentro das grandes corporações, incluindo uma mudança de escolha do CEO entre os empregados com carreira na empresa passando a contratar de fora, em um mercado de CEOs¹².

O capitalismo neoliberal começou a ser construído nos Estados Unidos e no Reino Unido. Logo depois, suas práticas começaram a se espalhar pelo mundo. Em especial nos EUA, o neoliberalismo foi identificado como um sistema econômico com característica menos regulamentada. De acordo com Kotz (2009), as nove principais instituições do arcabouço neoliberal promoveram o desenvolvimento econômico, mas com condições que colaboraram para o surgimento da crise de 2008, considerada pelo autor uma “crise sistêmica”¹³.

Kotz (2009) aborda que cada uma das principais instituições da época contribuiu para o aumento da desigualdade social, fortalecimento da classe capitalista e enfraquecimento da classe trabalhadora, além do alto endividamento financeiro que caracterizou a última crise. Segundo Wolfson e Kotz, (2010):

Nos EUA, o neoliberalismo tem significado crescente desigualdade de renda, desregulamentação dos mercados industrial e financeiro, influência crescente dos mercados financeiros na tomada de decisões corporativas, política fiscal que enfatiza cortes de

¹² “1) deregulation of business and finance, both domestically and internationally, to allow the so-called “free market” to rule and to achieve free mobility of capital; 2) privatization of many state services; 3) the renunciation of discretionary fiscal policy which had been aimed at moderating the business cycle and keeping unemployment relatively low; 4) sharp reductions in state social spending; 5) reduction of taxes on business and wealthy individuals; 6) na attack by big business and the state on trade unions; 7) a shift in the labor process from reliance on long-term employees to increasing use of temporary and part-time workers; 8) unrestrained, cutthroat competition which replaced the “co-respective behavior” that large corporations had practiced in postwar regulated capitalism; and 9) the introduction of market principles inside large corporations, including a shift from choosing the CEO from among career employees of the firm to hiring from the outside in a market for CEOs” (KOTZ, 2009 p. 307).

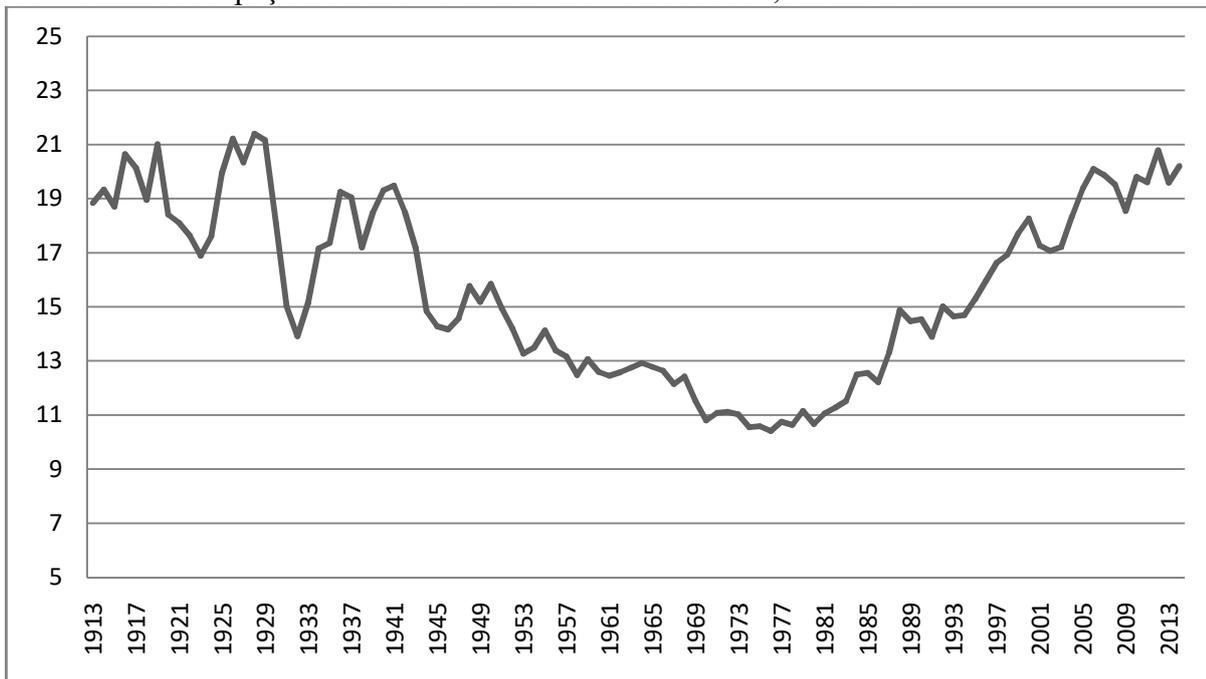
¹³ No contexto da teoria da escola das estruturas sociais de acumulação, quando a economia passa por uma crise severa, na qual a estrutura institucional prevalecente não possibilita a retomada da estabilidade econômica, essa crise é considerada “sistêmica” e só desaparece com o surgimento de um novo arcabouço institucional.

impostos para os ricos e cortes em programas sociais, política monetária que coloca uma ênfase maior em redução da inflação que do desemprego e crescimento econômico lento¹⁴.

No que se refere à desigualdade entre capitalistas e trabalhadores, Kotz (2009) argumenta que alguns dos principais fatores que prejudicaram a classe trabalhadora foram a desregulamentação dos vários setores econômicos, o ataque contra os sindicatos, a ampliação da concorrência internacional, que contribuíram com a deterioração do poder de barganha que os trabalhadores adquiriram no pós-Segunda Guerra. Esses fatores proporcionaram diminuição dos aumentos salariais e mesmo redução do salário real em vários setores.

Durante a fase do pós-guerra, a distribuição de renda entre as famílias era relativamente favorável às famílias da classe trabalhadora. Já no capitalismo neoliberal, a concentração de renda volta a aumentar e atinge níveis similares aos da década de 1930. O Gráfico 4 ilustra que na década de 1920, a parcela dos 1% de maior renda detinham até 20% da renda total. A partir da década de 1930 a parcela da renda apropriada pelos 1% de maior renda declinou até atingir cerca de 10% em 1980. A partir desse período essa porcentagem foi aumentando gradativamente até chegar novamente a mais de 20% da renda total no ano de 2012¹⁵.

Gráfico 4 - Participação do 1% mais rico na renda dos EUA, 1913-2014.



Fonte: The World Wealth and Income Database. Elaboração própria.

¹⁴ “In the U.S., neoliberalism has meant increased income inequality, deregulation of industrial and financial markets, increased influence of financial markets over corporate decision-making, fiscal policy emphasizing tax cuts for the wealthy and cutbacks in social programs, monetary policy that puts a greater emphasis on reducing inflation than unemployment, and relatively sluggish economic growth” (WOLFSON, KOTZ, 2010, p. 72).

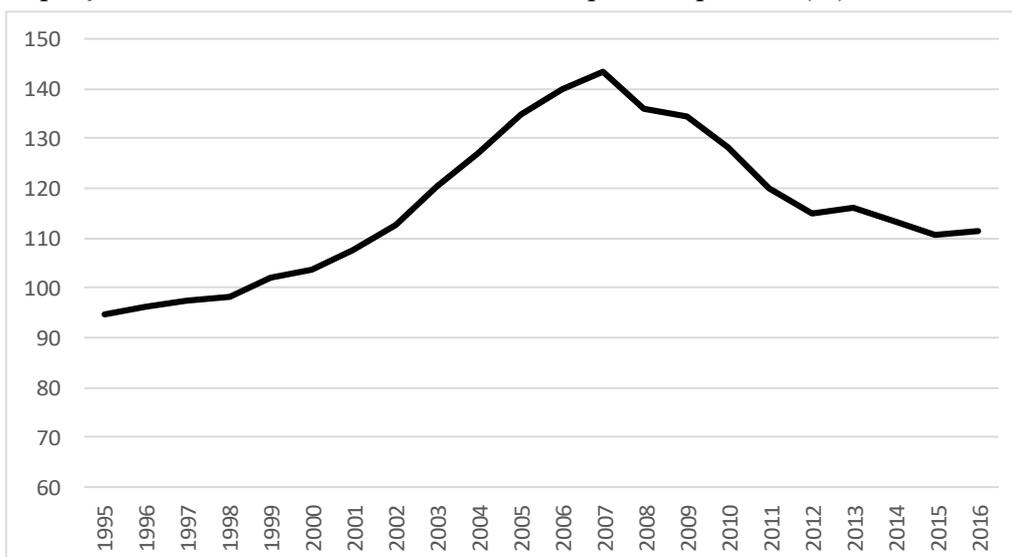
¹⁵ Kotz (2009) faz referência a esses dados de concentração de renda, elaborados pelo *The World Wealth and Income Database*, instituto liderado entre outros, por Piketty e Saez.

Outro indicador do aumento da desigualdade é o crescimento da produtividade superior ao crescimento dos salários, que pode ser observado no Gráfico 2, mostrado na seção anterior, que indica o nível da produtividade crescente, a partir de 1980, totalmente diferente do nível salarial que cresceu muito menos, durante todo o período. É possível visualizar que entre 1968 e 2003 o nível de produtividade aumenta em pouco mais de 100% enquanto o nível salarial evolui cerca de 50%.

O baixo crescimento do salário real médio poderia ter provocado uma crise de superprodução. Entretanto, tal fenômeno não ocorreu pois as empresas garantiram uma forma de obter maior lucro, com base no endividamento das famílias e na especulação financeira. O endividamento das famílias estadunidenses foi uma estratégia promovida pela própria estrutura social de acumulação neoliberal para garantir tanto a ampliação do consumismo quanto da demanda agregada. Um exemplo do endividamento da população foi a bolha imobiliária dos anos 2000. Grande número de pessoas conseguiu adquirir suas moradias mesmo não tendo renda nem ativos disponíveis para pagá-las.

Kotz (2009) argumenta que o neoliberalismo acirrou graves contradições. A expansão econômica do início do século foi causada principalmente graças ao endividamento imobiliário promovido pelas empresas financeiras. Essa estratégia só foi possível dentro da estrutura social de acumulação neoliberal, que associa produtividade crescente a salários estagnados, em virtude da concorrência internacional e da perda da capacidade de barganha da classe trabalhadora. Graças a esse sistema, a dívida familiar cresceu consideravelmente (KOTZ, 2009 p. 10), como ilustrado no Gráfico 5, abaixo.

Proporção entre dívida das famílias e renda líquida disponível (%), EUA, 1995-2016



Fonte: OCDE. Elaboração própria.

O nível de endividamento já se encontrava extremamente elevado em meados da década de 1990, tendo em vista que era de cerca de 95% da renda líquida disponível entre os anos de 1995 e 1996. Em virtude do *boom* do setor imobiliário, o endividamento das famílias superou 140% da renda líquida disponível nos anos de 2006 e 2007. Cabe ressaltar que, além da dívida imobiliária, as dívidas estudantis e de cartão de crédito são as outras duas fontes principais do endividamento das famílias americanas.

O ano de 2007 foi marcado pela eclosão da “Crise do *Subprime*”. No ano anterior, os preços dos imóveis já tinham começado a despencar e em 2007 a bolha imobiliária finalmente explodiu, resultado de um setor desregulamentado, no qual mesmo as pessoas que não tinham renda disponível comprovada podiam refinar sua dívida a taxas de juros baixas, em virtude da securitização das dívidas. Porém, a crise de 2008-2009 levou a população a não ter condições de arcar com as dívidas acumuladas. Um dos indicadores da deterioração da atividade econômica é a taxa de desemprego do país, que ficou entre 8 e 10 por cento de 2009 a 2013 (LIPPIT, 2014).

Como consequência, a crise se estendeu a todo sistema financeiro do país. Muitos bancos comerciais declararam falência ou sofreram intervenção do governo. Um exemplo importante e que ilustrou a magnitude da crise financeira nos Estados Unidos foi a falência do banco *Lehman Brothers*, uma das principais empresas do setor financeiro do país (LIPPIT, 2014).

Do ponto de vista da EESA, a “Crise do *Subprime*” marcaria a dissolução da estrutura social de acumulação (KOTZ, MCDONOUGH, 2010; LIPPIT, 2010, 2014). Como foram as próprias instituições predominantes na economia estadunidense entre a década de 1980 e o ano de 2007 que geraram o ambiente propício para gênese de uma crise de tamanha gravidade, as próprias instituições terão que ser alteradas para dar origem a um novo período de crescimento e de estabilidade:

A crise atual, que, no momento deste escrito (maio de 2009), já é a mais severa desde a Grande Depressão, claramente marca o colapso da estrutura social de acumulação neoliberal. É uma crise sistêmica genuína, em que não vai ser possível remontar o antigo sistema, a antiga estrutura social de acumulação, com reformas modestas no sistema financeiro e em outras áreas, que colapsaram graças às contradições das instituições características. Mais uma vez o capitalismo dos EUA vai ser forçado a se reinventar (LIPPIT, 2010, p. 69)¹⁶.

As discussões acerca das possibilidades do futuro do capitalismo nos Estados Unidos (e no mundo como um todo) estão alimentando uma nova geração de pesquisas da escola da estrutura social de acumulação, que será tratada no próximo tópico.

¹⁶ “The current downturn, which at the time of this writing (May 2009) is already the most severe since the Great Depression overall, clearly marks the collapse of the neoliberal SSA. It is a genuine systemic crisis in that it will not be possible to put together the old system, the old SSA, with modest reforms in the financial system and other areas where the contradictions in the institutions that characterized it have brought about its collapse. Once again, U.S. Capitalism will be forced to reinvent itself” (LIPPIT, 2010, p. 69).

5 DESAFIOS TEÓRICOS E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO DO CAPITALISMO

Ao longo do tempo, a escola das estruturas sociais de acumulação passou por algumas inflexões. Nos primeiros trabalhos (GORDON, 1978, 1980), a abordagem foi desenvolvida para realizar a mediação entre Marx e os ciclos de Kondratiev. Nas duas décadas seguintes, os principais autores da escola refinaram sua análise e aprofundaram a compreensão do capitalismo americano do pós-guerra (GORDON *et al.*, 1982; BOWLES *et al.*, 1984, 1990; KOTZ *et al.*, 1994a), entretanto, a abordagem demorou a reconhecer que o arcabouço institucional que prevaleceu após a década de 1980 promoveria acumulação de capital de uma forma diferente, mais devagar e menos estável. Foi somente a partir de publicações realizadas em 2006 que a EESA reconheceu o neoliberalismo como um tipo de capitalismo viável (KOTZ, 2006; LIPPIT, 2010; WOLFSON, KOTZ, 2010).

Críticos da abordagem argumentam que a dificuldade em compreender o neoliberalismo como uma etapa do capitalismo decorreu da ausência de uma análise mais aprofundada do modo de produção capitalista e da adoção, por décadas, da hipótese injustificada de que o funcionamento normal do capitalismo pressupõe crescimento elevado e estável (MAVROUDEAS, 2006; COUTROT, 2009; MELLO FILHO, 2016)¹⁷. Os mesmos críticos apontam que a retomada de autores clássicos da economia heterodoxa, notadamente Marx e Keynes, pode ser de suma importância para o refinamento dos conceitos da escola.

Mais recentemente, um novo equívoco ocorreu. Os principais desenvolvedores da abordagem (KOTZ, MCDONOUGH, 2010; LIPPIT, 2010, 2014) subestimaram a resiliência do neoliberalismo ao argumentar que a Crise do *Subprime* marcaria o fim da estrutura social de acumulação neoliberal. Com o intuito de evitar que os problemas teóricos e de análise de conjuntura continuem ocorrendo com tanta frequência na escola, é importante que os autores articulem mais adequadamente a compreensão das características gerais do modo de produção capitalista com suas características históricas específicas. Além disso, é essencial que os autores não subestimem nem a esfera política nem o poder das diferentes frações da classe capitalista. Felizmente, um texto recente, David Kotz (2017) reavalia sua posição de que o neoliberalismo está condenado e elabora uma análise mais interessante da conjuntura política dos Estados Unidos e do mundo como um todo.

Em se tratando dos possíveis cominhos que o capitalismo pode seguir, o que determina mudanças institucionais é a própria luta de classes e o aprendizado sobre as falhas que causaram a crise. Kotz (2017) diz que a crise, ocorrida entre 2008 e 2009 nos EUA e que afetou o mundo todo, pode resultar em três possíveis novos sistemas capazes de reestruturar a economia. São eles: “(1)

¹⁷ Mello Filho (2016) apresenta, com mais detalhes, a história da escola das estruturas sociais de acumulação e aprofunda as críticas aqui apresentadas.

um regime nacionalista de direita com características estatais repressivas e uma postura agressiva no sistema global; (2) um capitalismo reformado baseado no compromisso capital-trabalho; (3) transição para o socialismo (KOTZ, 2017, p.4)”¹⁸.

Em relação a possibilidade de uma reestruturação da vida econômica comandada por forças políticas de esquerda, Kotz (2017, p.4) cita alguns movimentos que mostram uma força relativa da esquerda no cenário político internacional:

As manifestações do *Occupy Wall Street* em 2010, as revoltas da Primavera Árabe em 2011, as vitórias do movimento eleitoral radical socialista *Syriza* na Grécia em 2015, a liderança do Partido Trabalhista britânico pelo “socialista não reconstruído” Jeremy Corbin em 2015 e os 12 milhões de votos para o autodenominado senador socialista, Bernie Sanders, nas eleições primárias presidenciais dos EUA em 2016.¹⁹

Em contrapartida, a presença de líderes nacionalistas no poder demonstra outra possível direção para o capitalismo. Nesse sentido, Kotz (2017, p.4) aborda que “os nacionalistas de direita subiram ao poder na Polônia, Hungria, Turquia, Índia e Filipinas, e até mesmo nos Estados Unidos”²⁰. Kotz (2017) argumenta que os movimentos de esquerda não apresentaram força suficiente para alterar as características prevalentes do capitalismo atual. Um exemplo foi o governo da Grécia que, em 2015, não foi capaz de romper com o sistema econômico neoliberal. Essa realidade pode mostrar que a condição econômica mundial tende a promover um sistema de direita. Se um regime nacionalista de direita for uma realidade para a nova etapa do capitalismo global, Kotz (2017, p. 6) cita duas características que pontuam a transição de dois arcabouços institucionais distintos:

(1) Uma transição do capitalismo neoliberal, como conhecemos, para um regime em que o Estado intervém diretamente na economia de novas maneiras; e (2) um “escudo” político de um regime repressivo nacionalista de direita que substitui a democracia parlamentar que tem promovido a estrutura política do capitalismo desenvolvido em um longo período de tempo²¹.

Essa possível nova etapa do capitalismo também promove alguns riscos de dimensão mundial, por exemplo, as tensões entre as potências nucleares como Estados Unidos, Rússia e China (Kotz, 2017).

Quanto ao governo Donald Trump, ainda não é possível fazer uma análise concreta. Segundo Kotz (2017), a administração de Trump é muito dividida entre neoliberais, corporativistas,

¹⁸ “(1) a right-wing nationalist regime with statist and repressive features and an aggressive posture in the global system, (2) are formed capitalism based on capital-labor compromise, (3) a transition to socialism” (KOTZ, 2017 p.4).

¹⁹ “Occupy Wall Street demonstrations in 2010, the Arab Spring uprisings in 2011, the electoral victory of the radical socialist movement *Syriza* in Greece in 2015, the takeover of the British Labor Party by ‘unreconstructed socialist’ Jeremy Corbin in 2015, and the 12 million votes for self described socialist Senator Bernie Sanders in the US Presidential primary election in 2016” (KOTZ, 2017 p. 4).

²⁰ “Right-wing nationalists have risen to power in Poland, Hungary, Turkey, India, and the Philippines, and even in the United States” (KOTZ, 2017 p. 4).

²¹ “(1) a transition from neoliberal capitalism as we have known it to a regime in which the state intervenes directly in the economy in new ways; and (2) a political ‘shell’ of right-wing nationalist repressive regime replacing the parliamentary democracy that has provided the political structure for developed capitalism for a long period of time” (KOTZ, 2017 p. 6).

privatizadores e outros segmentos que podem dificultar a efetivação das promessas mais radicais do presidente. Mesmo assim, algumas propostas do atual governo e que já foram citadas pelo próprio presidente – a diminuição de impostos para os mais ricos, o protecionismo e a ampliação da privatização – segundo Kotz (2017, p. 6), poderiam provocar o retorno da estagnação econômica.

Mesmo que o cenário econômico mundial em geral seja de baixo crescimento, pelo menos nos Estados Unidos o capital destruído durante a crise em 2009 foi capaz de ser recuperado. Nesse sentido, a discussão sobre o provável fim do capitalismo neoliberal abordada pela EESA ainda não foi capaz de se encerrar, pelo fato da última crise não derrubar o sistema de instituições econômicas prevaletentes. O futuro do modo de produção capitalista, ou mesmo a superação desse, depende exclusivamente das condições políticas e sociais e não pode ser determinado de antemão pela teoria da escola das estruturas sociais de acumulação.

Além de possíveis novos cenários para o capitalismo dos Estados Unidos e do mundo como um todo, a escola das estruturas sociais de acumulação tem se debruçado sobre outros temas de grande relevância e pode dar origem a novas safras interessantes de trabalhos nos próximos anos. Alguns dos assuntos que estão sendo investigados no momento e ainda não foram publicados são a introdução do meio ambiente no arcabouço teórico da abordagem e a estrutura social de acumulação chinesa (YAN, KOTZ, MCDONOUGH, 2017)

6 COMENTÁRIOS FINAIS

A abordagem em termos de estruturas sociais de acumulação surgiu no final da década de 1970, tendo como objetivo compreender a conjuntura econômica e as mudanças históricas da economia americana ao longo do século XX. Para cumprir tais objetivos, a escola desenvolveu um tipo de análise que procura conjugar o marxismo com o keynesianismo, o institucionalismo e a história econômica. Além disso, a abordagem considera que a economia não pode ser entendida sem que se leve em conta as demais ciências humanas, como a sociologia, a política, o direito, a história e outras áreas. Tais características fazem com que a EESA desenvolva obras relevantes, que deveriam ser melhor estudadas e compreendidas pelo ambiente acadêmico brasileiro. Algumas das contribuições relevantes da abordagem foram a investigação da “estrutura social de acumulação do pós-guerra”, do neoliberalismo e da “Crise do *Subprime*”.

Do ponto de vista teórico, a definição de uma estrutura social de acumulação mudou ao longo do tempo. Nos trabalhos das décadas de 1980 e 1990, uma estrutura social de acumulação era entendida como um conjunto de instituições que possibilita a acumulação rápida de capital por um longo período de tempo. A partir do ano 2006, devido a persistência do neoliberalismo, o conceito de estrutura social de acumulação foi reinterpretado como um conjunto de instituições que

estabiliza os conflitos sociais e possibilita a acumulação de capital. De modo geral, a escola considera que as principais instituições relevantes para o entendimento do tipo de capitalismo predominante são construídas no plano nacional, mas este é mais um aspecto que está sendo rediscutido nos trabalhos recentes.

Recentemente, as graves crises econômicas e ecológicas que atingem diversos países ao redor do mundo têm estimulado novas ondas de pesquisa da escola, que ainda não possui um arcabouço teórico totalmente consolidado. Pelo contrário, a EESA é uma abordagem em desenvolvimento, como a própria releitura do conceito central da escola deixa claro. O retorno aos autores clássicos da economia heterodoxa, principalmente Marx e Keynes, pode ser fundamental para que a abordagem consolide de maneira mais sólida sua interpretação do capitalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIDET, J; KOUVELAKIS, S. **Critical companion to contemporary marxism**. Chicago, Haymarket Books, 2009.

BOWLES, S; GORDON, D; WEISSKOPF, T. **Beyond the waste land: a democratic alternative to Economic Decline**. Nova York, Doubleday, 1984.

BOWLES, S; GORDON, D; WEISSKOPF, T. Power and profits: the social structure of accumulation and the profitability of the postwar U.S. economy. **Review of Radical Political Economics**, Vol. 13, No. 1 e 2, 1986.

BOWLES, S; GORDON, D; WEISSKOPF, T. Business ascendancy and economic impasse: a structural retrospective on conservative economics, 1979-1986. **Journal of Economic Perspectives**, Vol. 1, No. 3, 1989.

BOWLES, S., GORDON, D; WEISSKOPF, T. **After the waste land: a democratic economics for the year 2000**. Armonk, NY: M.E. Sharpe, 1991.

COUTROT, T. The american radicals: a subversive current at the heart of the empire. In: BIDET, J; KOUVELAKIS, S. **Critical companion to contemporary marxism**. Chicago, Haymarket Books, 2009.

EDWARDS, R; REICH, M; WEISSKOPF, T (Orgs.). **The capitalist system**. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1986.

GORDON, D. Up and down the long roller coaster. In: Union for Radical Political Economics (Eds.). **US capitalism in crisis**. Nova York, Union for Radical Political Economics, 1978.

GORDON, D. Stages of accumulation and long economic cycles. In: Wallerstein, I; Hopkins, T. (Eds.). **Processes of the world system**. Beverly Hills, Sage Publications, 1980.

GORDON, D. The global economy: new edifice or crumbling foundations? In: KOTZ, D; MCDONOUGH, T; REICH, M. (Eds.). **Social structures of accumulation: the political economy of growth and crisis**. Nova York, Cambridge University Press, 1994.

GORDON, D; EDWARDS, R; REICH, M. **Divided works, segmented workers:** the historical transformation of labour in the United States. Nova York, Cambridge University Press, 1982.

JESSOP, B; N. L. SUM. **Beyond the regulation approach:** putting capitalist economies in their place. Cheltenham, Edward Elgar, 2006.

KOTZ, D. The state, globalization and phases of capitalist development. In: ALBITTRON, R; ITOH, M; WESTRA, R; ZUEGE, A. **Phases of capitalist development:** booms, crises, and globalizations. Nova York, Palgrave, 2001.

KOTZ, D. Institutional structure or social structure of accumulation? In: MCDONOUGH, T; REICH, M; KOTZ, D; GONZALES-PEREZ. **Growth and crisis: social structure of accumulation theory and analysis.** National University of Ireland, Galway, 2006. E-Book. ISBN 978-0-9553159-1-6. Disponível em: <<http://ssagalway.blogspot.com>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

KOTZ, D. M. The financial and economic crisis of 2008: a systemic crisis of neoliberal capitalism. **Review of Radical Political Economics**, Vol. 41, No. 3, 2009.

KOTZ, D. M. Social structure of accumulation theory, Marxist theory, and system transformation. **Review of Radical Political Economics**, Vol. 49, No. 4, 2017.

KOTZ, D; MCDONOUGH, T. Global neoliberalism and the contemporary social structure of accumulation. In: MCDONOUGH, T; REICH, M; KOTZ, D. **Contemporary capitalism and its crises:** social structure of accumulation theory for the 21st Century. Nova York, Cambridge University Press, 2010.

KOTZ, D; MCDONOUGH, T; REICH, M. (Eds.). **Social structures of accumulation:** the political economy of growth and crisis. Nova York, Cambridge University Press, 1994a.

KOTZ, D; MCDONOUGH, T; REICH, M. Afterword: new international institutions and renewed world. In: KOTZ, D; MCDONOUGH, T; REICH, M. (Eds.). **Social structures of accumulation:** the political economy of growth and crisis. Nova York, Cambridge University Press, 1994b.

LEE, F. **History of heterodox economics:** challenging the mainstream in the twentieth century. Nova York, Routledge, 2009.

LIPPIT, V. Social structure of accumulation theory. In: MCDONOUGH, T; REICH, M; KOTZ, D. **Contemporary capitalism and its crises:** social structure of accumulation theory for the 21st Century. Nova York, Cambridge University Press, 2010.

LIPPIT D. V. The neoliberal era and the financial crisis in the light of SSA theory. **Review of Radical Political Economics**, Vol. 46, No. 2, 2014.

MAVROUDEAS, S. Social structures of accumulation, regulation approach and stages theory. In: MCDONOUGH, T; REICH, M; KOTZ, D; GONZALES-PEREZ. **Growth and crises:** social structure of accumulation theory and analysis. National University of Ireland, Galway, 2006. E-Book. ISBN 978-0-9553159-1-6. Disponível em: <<http://ssagalway.blogspot.com>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

MCDONOUGH, T. The construction of social structures of accumulation in US history. In: KOTZ, D; MCDONOUGH, T; REICH, M (eds.) **Social structures of accumulation: the political economy of growth and crisis**. Nova York, Cambridge University Press, 1994.

MCDONOUGH, T; REICH, M; KOTZ, D; GONZALES-PEREZ. **Growth and crisis: social structure of accumulation theory and analysis**. National University of Ireland, Galway, 2006. E-Book. ISBN 978-0-9553159-1-6. Disponível em: <<http://ssagalway.blogspot.com>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

MELLO FLILHO, M. **Escola francesa da regulação, escola da estrutura social de acumulação e as etapas do capitalismo**. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2016.

O'HARA. P. An institutionalist review of long waves theories: Schumpeterian innovation, modes of regulation and social structures of accumulation. **Journal of Economic Issues**, Vol. 28, No. 2, 1994.

WECHTEL, M. H. **Remarks at URPE 40th Anniversary**. New Orleans, January 3, 2008.

WEISSKOPF, T. Thomas E. Weisskopf. In: ARESTIS, P; SAWYER, M (Eds.). **A biographical dictionary of dissenting economists**. Cheltenham, Edward Elgar, 2000.

WEISSKOPF, T. **The origins and evolution of radical political economics**. Apresentação na conferência A new insurgency: the Port Huron statement in its time and ours, 25 de setembro de 2012. Disponível em: <<https://sites.lsa.umich.edu/tomweisskopf/2015/08/10/the-origins-andevolution-of-radical-political-economics>>. Acesso em: 18 out 2017.

WOLFSON, M. The financial system and the social structure of accumulation. In: KOTZ, D; MCDONOUGH, T; REICH, M (eds.) **Social structures of accumulation: the political economy of growth and crisis**. Nova York, Cambridge University Press, 1994.

WOLFSON, M; KOTZ, D. A reconceptualization of social structure of accumulation theory. In: MCDONOUGH, T; REICH, M; KOTZ, D. **Contemporary capitalism and its crises: social structure of accumulation theory for the 21st Century**. Nova York, Cambridge University Press, 2010.

YAN, M; KOTZ, D; MCDONOUGH, T . Innovation and development of social structure of accumulation (SSA) theory: a discussion with Lü Shoujun. **Social Sciences in China**, Vol. 38, No. 3, 2017.